



PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: AVANÇOS E TENSÕES NA BUSCA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPORTE

Wagner Barbosa Matias¹

RESUMO

O estudo analisou a partir das notícias do sítio eletrônico do Ministério do Esporte e do Jornal Folha de São Paulo, o Programa Segundo Tempo. As matérias coletadas foram do período de 24/11/2003- data da sua instituição até 06/06/2010 término da terceira Conferência Nacional de Esporte, o descritor usado foi "Segundo Tempo". Para análise, utilizou as categorias: continuidade e descontinuidade; democratização e propaganda; valores sociais x esporte de rendimento; quantidade e qualidade; terceiro setor e desresponsabilização do Estado. Percebeu-se que o programa possui avanços importantes para democratização do esporte contudo, existem diversas lacunas, contradições e tensões a serem superadas.

Palavras Chave: Ministério do Esporte; Políticas Públicas; Segundo Tempo.

Introdução

O esporte é um dos principais fenômenos da cultura mundial, faz parte do cotidiano de milhões de pessoas. Sua gênese está ligada às escolas inglesas do séc. XVIII. Bracht (p.13, 2005) considera que seja resultado da esportivização dos elementos da cultura corporal das classes populares e das manifestações da cultura da nobreza da Inglaterra.

Apesar de todas as polêmicas em torno da sua popularização², rapidamente expandiu pelo mundo, inclusive no Brasil, ganhando adeptos e importância social. A regulação pelo Estado não tardou e na atual constituição brasileira de 1988 consta como um dos direitos sociais:

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o esporte e lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Neste documento, ele foi dividido em três manifestações: a) desporto-educação; b)

¹ Graduado em Educação Física- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Pós-graduando (especialização) em Educação Física Escolar-Universidade Católica de Brasília; Servidor do Ministério do Esporte-Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

²C.F. Maia, Eline (2006).



desporto-participação e c) desporto- performance³.

Mesmo sendo previsto em lei como direito social, o esporte e o lazer ao longo dos anos foram marginalizados na elaboração e implementação de políticas públicas⁴ pelo Estado. Entretanto, a partir de 2003 com a criação do Ministério do Esporte⁵(ME) este quadro teve uma modificação significativa, apesar do orçamento incompatível com as necessidades existentes, o governo federal buscou formular uma política nacional para o setor, assegurando maior participação e representatividade dos atores envolvidos em sua produção, ampliando o acesso às práticas esportivas.

Dos diversos programas desenvolvidos pelo ME destaca o Segundo Tempo⁶, vinculado a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, ele tornou o principal “produto”, conhecido e reconhecido em âmbito nacional e internacional, sendo até exportado para outros países. Foi planejado com a intenção de “[...] democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, preferencialmente em situação de risco social” (ME, 2007). Até o final de 2010 deve atingir a marca de mais de 3 milhões de beneficiados. Mas, em que condições isso acontece? Como está à estrutura e o funcionamento do programa Segundo Tempo (PST)? Quais são as limitações e avanços no processo de implantação do PST? Qual e como os megaeventos esportivos, o esporte de rendimento, interferem no desenvolvimento do programa?

Essas e outras tantas questões emergem a partir do estudo e vivência da realidade que o PST vem sendo implementado em todo país. O programa cresceu, ganhou visibilidade e importância no setor de políticas públicas de esporte e lazer portanto, analisá-lo é fundamental para que as deficiências sejam corrigidas. Cabe dizer que este

³Tubino (2005) aponta os princípios que diferencia estas três dimensões do esporte.

⁴ Por política pública entendemos como estratégia de ação, ou não, pensada, planejada e avaliada, na qual tanto o Estado quanto a sociedade desempenham papéis ativos e que possui como principais funções a de concretizar os direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis e alocar/distribuir bens públicos (PEREIRA, 2007).

⁵O decreto nº 4.668 de abril de 2003 criou a estrutura e os órgãos do Ministério do Esporte, que sob o comando do PCdoB desde o início, possui três secretarias nacionais de esporte (educacional, desenvolvimento do esporte e lazer e de alto rendimento) seguindo as orientações das dimensões do esporte postas na constituição federal e apontadas na Lei nº p.615/98.

⁶Os embates para criação do ministério e constituição de programas são citados por Castellani Filho (2007).



estudo não possui a ambição de responder todas as questões levantadas mas, de refletir sobre o PST, contribuindo para melhoria do atendimento as crianças e adolescentes.

Procedimentos Metodológicos

A revisão de literatura assumiu numa primeira fase o caráter de estudo exploratório. O levantamento bibliográfico sobre esporte e políticas públicas, possibilitou melhor entendimento do PST, a elaboração de questionamentos e a análise. É importante ressaltar que a revisão de bibliográfica permeou todas as fases do estudo.

A pesquisa documental- Plano Nacional do Esporte, Diretrizes do Programa Segundo Tempo (2005), Portaria interministerial MEC/ME nº3.497 de 24 de novembro de 2003, Portaria nº- 32, de 17 de março de 2005, Portaria nº 200, de 13 de dezembro de 2007, Portaria nº 137, de 20 de junho de 2008- sucedeu a fase inicial e ampliou o entendimento sobre o funcionamento do programa e seus objetivos.

Já o levantamento, a coleta e a análise qualitativa das notícias do site do ME permitiram refletir e compreender o que estava presente na dinâmica social mais ampla. Para tanto, construiu uma pesquisa temática com a palavra chave “Segundo Tempo”, com o recorte cronológico de 24/11/2003-data da instituição do programa- a 06/06/2010- último dia da terceira Conferência Nacional de Esporte. A mesma pesquisa foi realizada no jornal “Folha de São Paulo“, buscando ampliar e contrapor o “olhar” lançado pelo ministério, o recorte e o descritor foram os mesmos.

A última fase deste trabalho tratou da discussão em torno da literatura, dos documentos oficiais e dos dados coletados, num processo não linear, dialético de reflexão acerca do PST, a partir das categorias que permearam os temas que mais apareceram no levantamento realizado no sitio do ME. Esse tipo de estudo Gil (2008) considera importante porque à medida que as informações obtidas são confrontadas com as já existentes, pode-se obter amplas generalizações e compreensões sobre o objeto estudado.

Discussão

Encontramos no site do ME 658 notícias, depois de lidas foram desprezadas 316 por não está relacionada com o programa, as outras foram divididas em nove blocos temáticos: a) formalização do convênio (notícias referentes à formalização/implementação



de convênios); b) Capacitação (matérias que possui ligação com o processo de formação realizado pelo ME e parceiros); c) Propagandação⁷ (notícias que possui como foco a divulgação do PST); d) Projetos sociais (todas aquelas que fazem referência a programas realizados pelo ME e possui direta relação com o PST); e) Esporte de Rendimento (notícias que associam o PST ao Esporte de Rendimento, seja eventos ou a busca por talento esportivo); f) Legados Sociais (todas aquelas que demonstram os benefícios sociais que o PST têm deixado para a comunidade onde está sendo desenvolvido); g) Recreio nas férias (notícias referentes ao projeto desenvolvido nas férias dos estudantes); h) Infra-estrutura (todas que estão relacionada aos espaços físicos destinados a prática esportiva oferecida pelo PST); i) Investimento (noticias sobre o quantitativo de recursos destinados aos PST). A tabela 1 apresenta a relação de notícias coletadas.

Tabela 1. Classificação das notícias coletadas com o descritor
“Segundo Tempo” no site do Ministério do Esporte

Temas	Quantidade	%
Formalização	106	31%
Capacitação	60	17.5%
Propagandação	52	15.2%
Projetos sociais	42	12.3%
Esporte de Rendimento	39	11.4%
Legados Sociais	18	5.3%
Recreio nas férias	11	3.2%
Infra-estrutura	08	2.3%
Investimento	06	1.8%
Total	352	100%

Já no jornal Folha de São Paulo foram encontradas 336 notícias com o descritor mas, apenas 30 tinha relação com objeto de estudo. Estas selecionadas tratavam basicamente de críticas ao processo de implementação e gestão do PST no Brasil. Elas foram importantes para termos outros olhares sobre o programa.

Para a compreensão dos dados coletados, estabeleceram durante o processo e após a leitura algumas categorias chave que são as oposições entre: continuidade e descontinuidade, democratização e propagandação, valores sociais x esporte de

⁷Termo utilizado por Atháide (2009) como referência ao processo de promoção dos interesses particulares aliado a promoção do PST.



rendimento, quantidade e qualidade, terceiro setor e a (des)responsabilização do Estado.

Continuidade e descontinuidade

Limana (1999) sugere, ao estudar o processo de descentralização político-administrativa no Brasil, que a definição de prioridades nos investimentos dos recursos públicos e seu acompanhamento deveria ser realizado pelas pessoas diretamente envolvidas. O que possibilitaria resultados “[...] diversos [dos atuais], pois, mesmo alterando os governos, não mudariam as prioridades locais, mantendo uma linha de continuidade e, desta forma, evitando o desperdício de obras inacabadas”.

Geralmente, a alternância do grupo político numa administração leva ao abandono do que existia anteriormente em busca da construção de uma nova “marca” de governo. Desta forma, os avanços não são frutos da cumulatividade, que acrescente qualidade às ações em processo, derivada da incorporação de êxitos vistos pela reiteração das práticas, pelas avaliações efetuadas e por experiências incorporadas na vivência cotidiana. Essa realidade de descontinuidade das políticas sociais em termos dos objetivos e metas propostas de curto e longo prazo tem sido observada em diversos programas.

Com o PST a descontinuidade acontece, de uma forma diferente, pela não renovação dos convênios após o período pactuado⁸. Nestes oito anos de programa foram realizados 889 convênios com governos estaduais e municípios, organizações não governamentais e entidades nacionais e internacionais públicas e privadas sem fins lucrativos, atualmente ativos são 567, contabilizados também os formalizados em 2010⁹.

A continuidade neste âmbito não significaria a manutenção de atividades já iniciadas e desenvolvimento de ações linear pois, o próprio PST passou ao longo dos anos por mudanças. Mas, o ponto crítico, é a interrupção do processo de garantia do direito social de todos ao esporte e lazer. Superar esta lacuna, a descontinuidade, é um dos principais desafios deste programa tão importante para crianças e adolescentes do país.

Democratização x Propagandação

⁸As propostas selecionadas após o período de vigência podem ter o convênio renovado ou encerrado- por mal gestão, por divergências políticas ou amadorismo.

⁹Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo>. Acesso em: 02/08/2010.



Uma ONG ligada ao PC do B recebeu do Ministério do Esporte mais recursos do que 12 Estados ou todas as prefeituras paulistas contempladas pela pasta no ano passado. O ministério é controlado pela sigla desde o início do governo Lula. A ONG Bola pra Frente, que recebeu R\$ 8,5 milhões em 2008 do governo, é dirigida pela ex-jogadora de basquete Karina Valéria Rodrigues, eleita, em Jaguariúna (SP), vereadora pelo PC do B, no ano passado, com 642 votos. O partido elegeu outro vereador na mesma cidade com o mesmo número de votos, contra nenhum nas eleições anteriores [...] ¹⁰.

O processo de implantação do PST pelas diversas regiões do país foi rápido, da mesma forma, sua entrada na agenda governamental como principal ação do ME. Mas, o mapa de distribuição do programa demonstra que essa foi uma estratégia do grupo político que estava na gestão da pasta de consolidar-se internamente no governo e também, externamente a imagem do partido por meio do programa.

Desde sua criação o programa já teve um investimento de mais de R\$680 milhões. O Ministério repassa recursos para os parceiros adquirirem o reforço alimentar e a contratação dos recursos humanos além disso, encaminha o material esportivo e uniformes, em contrapartida convenientes sedem espaços, fazem a divulgação e a identificação dos núcleos, o cadastro dos beneficiados e contrata o coordenador geral e quando pactuados os monitores de atividades complementares. Cada núcleo de esporte educacional é formado atualmente por 100 crianças que desenvolvem três vezes na semana duas modalidades esportivas coletivas, uma individual e atividades complementares orientados por profissionais (OILIVEIRA, PERIM, 2009).

Ao falar em democratizar o esporte e lazer o ME assume a responsabilidade de cumprir o preceito constitucional de garantia da prática de atividades neste âmbito e da mesma forma confirma a existência da exclusão, especialmente daqueles que não podem pagar para “consumir” este fenômeno. Mas, a decisão de ampliar os investimentos no esporte educacional e também de lazer não exprime uma diminuição dos recursos para o esporte de Rendimento¹¹ e nem uma prioridade do governo, foi uma obrigação como

¹⁰ “ONG do PC do B recebe mais verba do que prefeitos de SP”. Jornal Folha de São Paulo, em 22 de abril de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2204200904.htm>. Acesso em: 08/07/2010

¹¹Bueno (2008) ao estudar o predomínio das políticas de esporte para o de alto rendimento expôs que no período de 2003 a 2008 o Ministério do Esporte investiu do total de recursos do seu orçamento mais os providos da lei Agnelo-Piva, 67,4% no alto rendimento, o que superam e muito a percentagem do esporte participativo (14,7%) e o esporte educacional (14,2%).



demonstra a notícia do jornal Folha de São Paulo¹²:

Além de principal bandeira do Ministério do Esporte, o programa Segundo Tempo também serviu de anteparo às críticas que a pasta recebe por destinar grande parte de seu orçamento para esportistas de alto nível. A principal cobrança que o Esporte recebeu veio do Tribunal de Contas da União. Um relatório de acompanhamento de gastos produzido em 2004 exortava o ministério a mudar o destino de seus investimentos. O TCU relatou que a pasta feria a Constituição ao direcionar grande parte de sua verba para atletas e modalidades de alto nível e que precisava dar mais apoio à base, ao nascedouro de atletas.

O estado com maior número de beneficiados foi São Paulo com aproximadamente 362.214 mas, o destaque fica com o Distrito Federal, uma unidade pequena da federação, que contabilizou mais de 230 mil atendidos ficando atrás somente de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais¹³.

Athaíde (2009) expõe que a expansão do PST foi amparada numa forte campanha publicitária, constituindo numa ação de outdoorização política, sendo o esporte utilizado como mecanismo de propaganda de outros interesses e não somente aqueles inicialmente expressados ou oficialmente divulgados.

É importante ressaltar, que a reflexão realizada corrobora com a necessidade de divulgação dos programas sociais do Estado, governos, pois, é importante para a participação da comunidade no controle e na vivência das atividades contudo, o questionamento é sobre a super-exploração do programa, dos dados estatísticos, como veículo de transmissão de mensagens de afirmação de interesses particulares.

Valores Sociais x Esporte de Rendimento

Em 2007 o PST passou por reestruturação em suas diretrizes, nas bases operacionais e houve a construção da proposta pedagógica. Além disso, uma rede de equipes colaboradoras de diversas universidades do país passaram a acompanhar o programa e capacitando as equipes de trabalho. A preocupação com a formação dos profissionais ganhou importância, podendo ser confirmada pela quantidade de notícias

¹² “Projeto é escudo contra dinheiro usado para elite”. Jornal Folha de São, em 24 de março de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2403200604.htm>. Acesso em: 08/07/2010.

¹³ Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo>. Acesso em: 02/08/2010.



publicadas no site do ME sobre o tema, isto demonstra que os gestores do PST estão atentos a essa necessidade. As capacitações são fundamentais diante das responsabilidades que monitores e coordenadores possuem porém, ainda é pouco, novos espaços de troca de conhecimentos e pesquisas científicas devem ser incentivados afinal, o programa é tido como um dos mecanismos de mudança da realidade social- “graças ao Programa Segundo Tempo os jovens da cidade fluminense de Belford Roxo estão protagonizando outro processo: o de crescimento e de superação, onde emplacam numa vida melhor”.¹⁴

O esporte sempre agregou em torno de si funções de redenção da sociedade do seu estado de calamidade. Porém, não é possível estabelecer uma relação linear e simplista entre o esporte e uma possível mudança social. Silva et all (2007) afirma que ele “não pode ser rotulado como o “salvador da pátria”, já que as necessidades sociais brasileiras ultrapassam a simples inserção esportiva”.

O PST acumula diversas obrigações como: o desenvolvimento de valores sociais, a inclusão social, a diminuição da exposição aos riscos sociais. Entretanto, somente serão concretizados aliados a outras políticas sociais de reversão do quadro de injustiças historicamente construídas.

Mesmo com as ações de capacitação e a elaboração de orientações pedagógicas, ainda é forte a influência dos valores do esporte de rendimento no desenvolvimento das práticas esportivas pelo programa.

Filhas de ex-bóias-frias, descobertas pelo Programa Segundo Tempo de Ribeirão Claro (interior do Paraná), as canoístas Adriélia Freitas e Rozivânia Gomes voltam para o Brasil com três medalhas na bagagem. Juntamente com Laila Moro e Vanessa Pimentel, elas conquistaram duas medalhas de prata e uma de bronze nas três provas de K4 (caiaque de quatro integrantes) no Pan de Canoagem Velocidade, no último final de semana, em Quebec, no Canadá.¹⁵

A formação de cidadãos críticos e emancipados parece contraditório para um programa que “vende” o esporte enquanto uma atividade. Ainda mais, quando o sonho de ser um atleta são alimentados diariamente pelos veículos de comunicação nas transmissões

¹⁴“Segundo tempo embala sonho de crianças na periferia de Belford Roxo”. Matéria divulgada no sítio eletrônico do ME, em 07 de maio de 2008. Acesso em: 08/07/2010.

¹⁵ “Descobertas do Segundo Tempo são prata no Pan de canoagem no Canadá”. Matéria publicada no site do Me em 12 de maio de 2005. Acesso em: 08/07/2010.



dos grandes eventos esportivos¹⁶. E, com o país sendo sede deles nos próximos anos, a pressão pela descoberta do talento esportivo por meio dos programas sociais esportivos e a formação de novos atletas devem ganhar mais força¹⁷. Conceitualmente tendo em vista a garantia do esporte enquanto direito social o PST avança em relação ao seu antecessor o programa “esporte na escola”, inclusive apropriando de fundamentação teórica do campo progressista da Educação Física.

Qualidade x Quantidade

Por trás de uma verdadeira apologia a quantidade de beneficiados atendidos emerge outra categoria de análise importante para o entendimento do PST, quantidade x qualidade. Expandir o acesso às atividades esportivas com qualidade sem dúvida é mais um desafio do ME. A quantidade de pessoas beneficiadas aumentou e assim, o preceito constitucional vem sendo concretizado contudo, a qualidade com que as atividades são oferecidas e os efeitos ainda não estão bem claro na literatura.

Em 2004 O Tribunal de Contas União mostrou diversos problemas do PST e muitos ainda persistem. De acordo com o relatório, embora cada núcleo do PST devesse atender, 200 crianças, 49,9% atendiam menos de 150 e 58% dos núcleos não oferecia atividades duas horas por dia e três vezes por semana, além de que 43,2% não promoviam atividades individuais e 53% não respeitava o princípio de que os mais carentes tenham prioridade, com as inscrições feitas simplesmente por ordem de chegada.

Os espaços físicos¹⁸ de funcionamento dos núcleos é outro grave problema que ainda não foi resolvido.

[...] parceria renovada trouxe um grande diferencial para crianças carentes em área de risco social do Distrito Federal. Os novos contemplados serão atendidos em quatro Delegacias de Polícia que atendem Recanto das Emas, Santa Maria,

¹⁶O dossiê de candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos jogos de 2016 indica a expansão que o PST terá e a necessidade da melhora nos métodos de ensino do esporte e da Educação Física (p.29).

¹⁷A III Conferência Nacional do Esporte apontou como meta o país está entre as dez principais potências esportivas do mundo. Desta forma, a implementação de uma política de descoberta do talento esportivo e formação do atleta deve ser implantada.

¹⁸ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)2 pretende para o período de 2011-2014 a construção de 10.116 quadras esportivas nas escolas no valor total de R\$ 4,1 bilhões. Dados extraídos no dia 29/07/2010 do site: <http://www.brasil.gov.br/pac/> .



Samambaia e Riacho Fundo. Nessas unidades eles passam a receber gratuitamente do Ministério do Esporte prática esportiva, reforço escolar e alimentar¹⁹.

Costa (2006) expõe que se por um lado, a cessão de espaços por organizações não escolares pode aumentar os espaços esportivos disponíveis para as crianças, por outro lado, isso tende a contribuir para a desigualdade de oportunidades. Cada região que participa do programa vai ter uma composição diferenciada de espaços esportivos a serem disponibilizados, e que não necessariamente atendem à necessidade local. Conseqüentemente a criança e o jovem serão mais ou menos favorecidos em proporção às características de cada região.

Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade consta como um dos objetivos do programa porém, as condições estruturantes em alguns casos impede o desenvolvimento das atividades. Além disso, a escassez de recursos, a demora na liberação, a sua fiscalização, o acompanhamento do desenvolvimento do programa são alguns desafios a serem superados para que o PST cresça com qualidade.

Terceiro setor e a (des) responsabilização do Estado e governos

Causou espanto em parlamentares da oposição o fato de que dos R\$ 8 milhões direcionados em 2005 pelo Ministério do Esporte ao programa social Segundo Tempo na Bahia, R\$ 4,2 milhões, mais da metade da verba, foram enviados a Feira de Santana e não à capital, Salvador. Dos 149 repasses realizados pelo ministério ao Estado, 104 tiveram como destino a ONG Fundação Apoio ao Menor²⁰.

Santos (1999) descreve três formas de regulação da vida na sociedade atual: Estado, Mercado e Comunidade. Assim, haveria em tempos líquidos²¹, a terceira esfera de relações sociais, não identificada com o Estado nem com os interesses particulares da vida privada, constituída por dois setores: um corporativo (sindicatos, por exemplo), voltado para a defesa de interesses, e outro denominado “público não-estatal”, voltado para a “afirmação” do interesse público, formada por entidades que prestam serviços de natureza pública

¹⁹ “Delegacias de polícia transforma-se em núcleos do Segundo Tempo”. Notícia divulgada no site do ME em 06 de março de 2006. Acesso em: 08/07/2010.

²⁰ “Gordura localizada”. Jornal Folha de São Paulo, em 27 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2312200501.htm>. Acesso em: 08/07/2010.



(ONGs e entidades filantrópicas, entre outras). Essas entidades híbridas, são institucionalizadas no contexto das reformas neoliberais do Estado e assumem o papel de elaborar, implementar e controlar “políticas sociais” de caráter público. Atuam muitas vezes com delegação e subsidiadas pelo próprio Estado, substituindo-o e desresponsabilizando-o. (VERONEZ, 2005). O que de fato percebe é a diminuição do papel do Estado ao dividir ou repassar as outras esferas as suas obrigações históricas de mediar e sanar os problemas sociais. O número de ONG’s têm crescido e cada vez mais, disputam e utilizam recursos públicos.

Um dos princípios do PST é a descentralização de recursos para os parceiros realizarem as atividades. Melo (2007) expõe que para execução do PST o fato de ser uma ONG, uma fundação empresarial ou um governo estadual, municipal não significa nenhuma diferença, salvo os diferentes mecanismos legais de recebimento e prestação de contas.

No ME as ONG’s possuem espaço significativo, desde o início do programa, praticamente metade dos recursos destinados para o desenvolvimento do PST foram para elas. Além disso, de acordo com a tabela abaixo, também foram quem mais atendeu beneficiados em comparação com as entidades federais, estaduais e municipais nestes oito anos.

Tabela2²²: Evolução do quantitativo de convênios, beneficiados e recursos disponibilizados pelo ME de 2003 a 2010.

Esfera	Convênios	Beneficiados	Recurso ME
Federal	1,9%	0,6%	1,2%
Estadual	8,1%	23,5%	18,1%
Municipal	64,2%	37,7%	36,1%
ONG	25%	38,2%	44,6%

A situação torna-se ainda mais crítica quando existem fortes ligações das entidades

²¹ C.F.Bauman, Z. (2007).

²² Informações obtidas junto à equipe técnica do gabinete da secretaria Nacional de Esporte educacional em 02/08/2010.



com o grupo político que está à frente da pasta como demonstra matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo:

Um dos carros-chefes do Ministério do Esporte, o programa Segundo Tempo transformou-se ontem em caso de polícia. Foram presas cinco pessoas acusadas de desviar R\$ 1,99 milhão do total de R\$ 2,9 milhões repassados a duas ONGs ligadas ao PC do B no DF.²³

A des-responsabilização do Estado e uso deste para a consolidação de interesses particulares constitui grandes desafios no campo das políticas públicas, neste caso o PST, a serem superados.

Considerações Finais

A pesquisa realizada demonstrou algumas das lacunas, tensões e contradições existentes no processo de implementação do PST. Ações descontínuas, infra-estrutura inadequada, o uso político do programa, o desvirtuamento dos objetivos ao incentivar e buscar os talentos esportivos, a derresponsabilização do Estado, são alguns dos problemas latentes detectados.

É preciso ressaltar que as análises realizadas foram feitas sobre um programa que ainda está em andamento, passível de mudanças. Contudo, o distanciamento entre o que é proposto nos documentos e aquilo que realmente acontece nos núcleos é ratificado pelas notícias publicadas no jornal Folha de São Paulo por mais que o sítio do ME não demonstre.

É imprescindível novos estudos sobre o programa bem como, o incentivo da unidade gestora para que a comunidade científica aprofunde as reflexões e estabeleça um diálogo profícuo em torno das atividades desenvolvidas pelo PST.

Referências

ATHAÍDE, Pedro F. A. **Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos**. Brasília., 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNB, 2005.

²³“Programa-modelo do ministério tem fraude de R\$ 2 milhões”, matéria publicada no jornal Folha de São Paulo no dia 02 de abril de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0204201004.htm>. Acesso em: 08/07/2010.



- BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: ME, 2005. 44 p.
- _____. Ministério do Esporte. **Manual de Orientações para Implantação de Núcleos do Programa Segundo Tempo**. Brasília: ME, agosto/2005. 54 p.
- _____. Ministério do Esporte. **Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo**. Brasília: ME, 2007. 37 p.
- BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BUENO, Luciano. **Política Pública do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Administração de Empresas), Escola de Administração de empresas, FGV, 2008.
- CASTELLANI FILHO, Lino (org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Ed. Autores associados, Campinas, SP: 2007.
- COSTA, Renata de Sá Osborne da. Considerações sobre um programa esportivo de iniciativa do governo federal brasileiro. <http://www.efdeportes.com/> **Revista Digital - Buenos Aires - Ano 11 - n° 102 - Novembro de 2006**.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. Atlas, 6ªed. São Paulo/S, 2009
- LIMANA, Amir. **O Processo de Descentralização Política-Administrativa no Brasil**. Scripta Nova, Barcelona, n. 45 (21), 1 de agosto de 1999.
- MAIA, Eline D. Esporte e políticas públicas no Brasil. **Esporte e Sociedade**, n.3, Jul2006/Out2006.
- MELO, Marcelo Paula de. **O chamando terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no governo Lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de terceira via**. **Licere**, Belo Horizonte, v.10, n.2, ago./2007.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In BOSCHETTI, Ivanete, et al. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez Editora, 2008, p.87-108.
- OLIVEIRA, Amauri A. Bassoli; PERIM, Gianna Lepri. **Fundamentos Pedagógicos do Segundo Tempo: da reflexão a prática (ORG.)**. Maringá: Eduem, 2009.
- SANTOS, Boaventura de S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SILVA, Meire Rosane Santos Da et all. **Projeto Segundo Tempo: configurando um modelo**. In: **Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais, Recife/PE, 2007**. 1 CD-ROM.
- TUBINO, Manoel. **A educação física e o esporte do ocidente no século XX**. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 99-100, julho/dezembro, 2005
- VEROZEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. Campinas, 2005. 370f. Tese (Doutorado em Educação Física)



CONCOCE / CONDICE 2010

IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF

ISSN 2178-485X



Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2005.